
BASES ECOSOCIAIS DO SENTIMENTO DE INSEGURANÇA

Luis Fernandes*

Propomos neste texto um exercício de identificação das principais modificações ecossociais que têm vindo a ocorrer no ambiente urbano nas últimas duas décadas, lidas a partir da intensificação do sentimento de insegurança. Defendemos a ideia de que tais modificações interferem activamente na construção da nossa experiência da cidade, aproximando-a actualmente de uma modalidade que designamos por experiência do alien. Esta constitui, por sua vez, o terreno para a produção de imagens de vida colectiva em torno da hipótese predatória. Como suporte empírico desta tese analisamos dois fenómenos de instalação recente: o arrumador de automóveis e o sem-abrigo. Concluimos com algumas considerações sobre as políticas de gestão da cidade relativas à marginalidade, destacando as linhas intervencionista e crítica como respostas à crise actual dos sistemas urbanos.

*Eu sou mendigo, indigente, indigesto, vagabundo.
Eu sou o resto – eu sou o resto do mundo.
(Gabriel, o Pensador)*

Neste texto partimos duma interrogação criminológica para, ao tentar responder-lhe, nos deslocarmos para uma interpretação sobre o destino actual das

* Professor Auxiliar da Fac. de Psicologia e de Ciências da Educação da Univ. Porto.

grandes cidades do ponto de vista socioambiental. A interrogação criminológica pode enunciar-se assim: por que cresce actualmente o sentimento de insegurança nas grandes cidades dos países do capitalismo avançado? Qual é a sua relação com a constatação empírica, largamente consensual nos especialistas, do crescimento da criminalidade? Esta interrogação parte de um facto bem estabelecido – o aumento significativo do sentimento de insegurança – e abre um debate que opõe duas grandes teses na sua interpretação, a que já aludiremos adiante.

Tal interrogação criminológica remete para a questão ambiental, que situaremos aqui do seguinte modo: a partir das leituras que faz do que está a acontecer actualmente aos grandes aglomerados urbanos, como constrói o indivíduo a sua experiência da cidade? Defenderemos que é a modificação desta experiência em relação a um passado ainda recente que está na base da intensificação actual do sentimento de insegurança. O seu referente objectivo é a percepção de alterações profundas tanto ecológicas como sociais, tanto na estrutura física como nas dinâmicas populacionais. Em suma, partimos das questões do crime e do medo à cidade como forma de explorar algumas dimensões do destino actual dos grandes aglomerados urbanos, privilegiando fundamentalmente a dimensão eco-social de certos fenómenos que inquietam e ameaçam a vida quotidiana dos cidadãos: a toxicoddependência de rua, o fenómeno dos arrumadores de automóveis, os sem-abrigo, os imigrantes clandestinos.

1. A emergência de um objecto: o sentimento de insegurança

A insegurança urbana e o sentimento de insegurança são, mais do que objectos bem delimitáveis, temas que se instalaram no discurso sociopolítico e nas narrativas mediáticas com progressiva insistência nas duas últimas décadas do séc. XX. Em paralelo, cresceram também as medidas de carácter securitário traduzidas na criação de corpos especializados no dispositivo da polícia, na expansão da indústria da segurança privada e no surgimento de políticas sociais orientadas para o controle dos espaços públicos. A sua tônica de fundo é a obsessão com a segurança das zonas nobres das cidades e dos conjuntos residenciais e comerciais, redundando no limite no aumento de medidas repressivas – algo a que David Garland (1998) chama a criminalização do quo-

tidiano em direcção a uma sociedade punitiva e que Loïc Wacquant designa por medidas de tolerância zero (2000).

Vivemos hoje sob a pressão de mensagens pouco tranquilizantes, seja nas séries de ficção da TV, no cinema ou nos noticiários. Perante este império do facto que ameaça e constrange não se torna difícil de perceber que seja comum construirmos imagens pessimistas da realidade. É como se o destino de cada um de nós estivesse à mercê do imprevisto e do estranho – dum qualquer perigo que não podemos situar. A investigação recente sobre o efeito dos media em Portugal tem-no destacado bem: «Um outro tipo de crime [para além do crime de sangue] com grande representação noticiosa na imprensa popular incide nos crimes contra o património, com particular destaque para os crimes contra o património com violência, categoria onde cai a criminalidade de rua, disseminada e sem rosto que é notícia recorrente nas páginas do jornal, concorrendo para a produção de um *rumor securizante* em torno da vida urbana» (Penedo, 2003). A cidade é vivida como um palco onde pululam actores perigosos e possibilidades de maus encontros e torna-se cada vez mais um lugar de evitamentos. O apelo ao reforço da segurança, a obstinação em neutralizar qualquer zona ou grupo social visto como perigoso, manifesta-se com tanta mais nitidez quanto mais vigorar a crença na degradação da vida colectiva e na escalada da violência: «A percepção do crime enquanto ameaça social torna-nos mais receptivos ao endurecimento das políticas criminais e às soluções de controlo coercivo que se configuram, em regra, como soluções imediatistas e directas no combate à criminalidade» (Penedo, 2003). Eis porque os discursos de dirigentes trazendo para a esgrima política a insegurança das periferias, os *gangs* juvenis, a ameaça das etnias e da migração clandestina ou a falta de policiamento mais não fazem do que confirmar e amplificar as imagens que têm vindo a instalar-se.

Todo o fenómeno que mexe com as nossas emoções escapando ao controle racional, apresenta-se como um bom instrumento para o combate político. É por isso que temos assistido, nos vários países, a uma investida discursiva que tem como estribilho o aumento do crime e da violência, procurando tomá-los como indicadores de uma profunda crise dos modos de fazer a gestão política dos Estados¹. A escalada do sentimento de insegurança torna-se uma

¹ Atentemos no êxito que os programas políticos centrados no discurso securitário têm tido na

arma de arremesso com a qual as oposições evidenciam a falência das gestões políticas actuais. Em suma: o sentimento de insegurança é uma expressão que nasce no discurso sociopolítico, vindo a impor-se progressivamente como tema central dos debates sobre a *questão* social. Dubet e Lappeyronnie (1992) sintetizam-no bem quando afirmam:

«Até meados dos anos setenta, os contornos da questão social foram delimitados pelas greves operárias e pela acção sindical. Posteriormente, e de forma súbita, foram substituídos pela banlieue e pelos motins urbanos. Com estes, entraram em cena os problemas da imigração, da delinquência juvenil e da insegurança. Os conflitos laborais deram lugar à exclusão e às questões relativas à cidade. A exploração foi substituída pela segregação. Numa sociedade dual, a luta de classes esbateu-se perante as questões da integração e da marginalidade. (...) Hoje em dia, a exclusão tornou-se o maior problema social.»

Tornado objecto de problematização social, o sentimento de insegurança chegará à comunidade científica com contornos difusos, a reclamar um trabalho de filtragem e de precisão. De que falamos ao falar de insegurança? Que relações podemos tornar claras entre sentimento de insegurança e criminalidade? Os anos 90 assistirão ao recorte do objecto *sentimento de insegurança* nas ciências sociais. Indicadores desta tendência são, por exemplo, a decisão da influente *Déviante et Société*, principal voz da criminologia crítica na Europa, de dedicar todo um número temático a este objecto em 1991 ou o facto de o item «sentimento de insegurança» aparecer contemplado em Van Outrievie e Ph. Robert (1999)².

Europa. Com efeito, tendo como palavra de ordem a necessidade de baixar drasticamente a insegurança urbana, propõem medidas de acesso restrito à cidade, que passam pela limitação da entrada aos imigrantes, pela expulsão dos clandestinos e por um reenquadramento das minorias étnicas. Veja-se a título de exemplo o fenómeno Le Penn em França, a ascensão da extrema-direita na Holanda e, mais recentemente, na Suíça.

² *Crime et justice en Europe* é um volume que, no final de cada década, sintetiza os principais trabalhos de criminologia realizados nos vários países. O volume que corresponde à década de 90, organizado por Van Outrievie e Ph. Robert (1999), faz o ponto da situação em dez países,

Em Portugal, depois de um intenso debate mediático iniciado em torno da degradação do clima de segurança por causa da escalada do fenómeno droga, o tema chega também à comunidade científica: em 1996 é criado o Observatório Permanente de Segurança do Porto, lançando um conjunto de trabalhos que caracterizam tanto os níveis de criminalidade como as características e a extensão do sentimento de insegurança na população do Porto; em 1998 surge a primeira tese de mestrado explicitamente sobre o tema na Universidade do Porto; e em 2000 a primeira tese de doutoramento, na Universidade do Minho³.

Sobre o sentimento de insegurança há duas teses fundamentais: uma considera-o uma consequência natural do aumento dos níveis de criminalidade e de violência; outra salienta as relações nada lineares entre as manifestações do medo à cidade e os respectivos níveis de criminalidade, identificando mesmo verdadeiros paradoxos nos quais vemos inverterem-se tais relações. Cândido da Agra *et al.* (1997) dão conta desta polarização denominado-as tese objectivista – a insegurança existiria objectivamente e ocorrências concretas há que legitimam o sentimento de insegurança – e tese subjectivista e construcionista – a insegurança seria mais um «mito, da ordem do imaginário e socialmente construído» (op. cit., 1997:). Ambas, porém, coincidem num aspecto: o sentimento de insegurança pode ancorar-se em múltiplos pontos das incertezas que povoam a vida nos grandes aglomerados, demonstrando a partir dos anos 80 tendência a ser construído em torno da delinquência e da violência predatória de rua. Os primeiros trabalhos científicos introduziriam uma distância crítica em relação ao pânico moral de algumas campanhas mediáticas sobre o perigo das periferias urbanas, da delinquência juvenil ou da imigração clandestina descontrolada: foi o tempo do predomínio das teses subjectivistas, com uma concepção optimista das tensões urbanas, e cujo exemplo poderia ser, logo no início dos anos 80, a influente obra de Ackerman, Dulong e Jeudy (1983).

O nosso argumento não visa reforçar nenhuma das duas teses, mas explorar o vazio que resulta do desacordo entre ambas. Com efeito, se o sentimento de

incluindo-se em seis deles o item «sentimento de insegurança»: Alemanha, Bélgica, França, Holanda, Portugal, Suíça.

³ Respectivamente, Ernesto Fonseca, *Representação social da insegurança: crime e crise*, e Carla Machado, *Discursos do medo, imagens do «Outro» – estudos sobre a insegurança urbana na cidade do Porto*.

insegurança não pode ser atribuído directamente aos níveis de criminalidade e violência, a que outras dimensões podemos remetê-lo? E se, por outro lado, também não podemos descartar de todo os fenómenos desviantes na sua construção, quais de entre eles nos deveriam merecer atenção para explicar o actual desconforto com a ordem pública que se vive nos grandes aglomerados? Estas interrogações obrigam-nos a um olhar de conjunto sobre a cidade nos últimos 20 anos – tantos quantos tem a entrada do sentimento de insegurança para a galeria de objectos das ciências sociais. Olhar a cidade, advirta-se, é no entanto sempre olhar através duma cidade. Partiremos do Porto interrogando-lhe sinais de transformação para, descontados os particularismos, procurarmos ler movimentos de conjunto que transformam e moldam a ecologia social da cidade.

2. A experiência do *alien*

A alteração da cidade nas últimas duas décadas pode ser analisada a partir das modificações na sua forma física, por um lado, e por outro nas dinâmicas populacionais e na emergência de novas figuras na sua paisagem. A este respeito, as figuras do comportamento desviante têm um particular poder analisador. É por isso que o fenómeno, recente no Porto, dos arrumadores e dos sem-abrigo se reveste de particular significado. Vejamos então, em traços muito largos, algumas das principais modificações da cidade, decorrentes do seu processo de metropolização. Evidentemente, algumas destas alterações vinham já a processar-se de um modo lento – mas a captação clara dos seus sinais só recentemente pode ser evidenciada sem equívocos.

2.1. A forma física: dinâmicas socioespaciais

As relações centro-margem, desde a constituição da cidade industrial, são largamente sobreponíveis a outra dicotomia: a da ordem-desordem. Aquilo que queremos aqui salientar é precisamente a profunda alteração nas configurações desta relação, que põe em causa as velhas dicotomias e que obriga a redesenhar equilíbrios entre a centralidade e a marginalidade tanto físicas como

socioculturais. Evidenciaremos nesta secção sobretudo as primeiras e na seguinte sobretudo as segundas.

O crescimento nos dois grandes pólos urbanos de Portugal tem-se feito não à custa do centro mas das suas envolventes periféricas. Este processo está analisado com detalhe para o caso do Grande Porto por Paulo Castro Seixas (1999), que se debruça sobre a sua transição nas duas últimas décadas de uma formação socioespacial de urbanização para uma formação socioespacial de metropolização. «É já pelo menos do início do século – e de forma acelerada a partir da segunda metade deste – que a cidade do Porto se revela como pólo de repulsão pelos processos de periferização compulsiva (bairros sociais) e de suburbanização voluntária das camadas mais desfavorecidas» (Seixas, 1999).

Em simultâneo com a extensão e a densificação das periferias, o centro do Porto perdeu, nas últimas quatro décadas, cerca de oitenta mil habitantes⁴. Os centros, fruto do processo de terciarização próprio do capitalismo avançado, perdem população e as periferias ganham-na continuamente, não a alimentando como antigamente apenas a partir de populações mais ou menos subalternizadas.

Nas últimas décadas tem havido, ao nível da estrutura demográfica, uma litoralização que resulta em grande parte do êxodo rural. Somada a outros factores, como os do regresso dos portugueses que residiam nas ex-colónias africanas e a chegada de imigrantes, está na base do importante crescimento das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto.

«A maioria dos pobres em Portugal reside nas zonas urbanas (39,8%) e semi-urbanas (32,4%) (...). O distrito de Lisboa conta, segundo um estudo recente, com a maior concentração de zonas com graves problemas sociais e de intensidade de pobreza, seguindo-se os de Aveiro, Porto e Setúbal. (...) O habitat degradado, como os das zonas urbanas e suburbanas de Lisboa e do Porto, não se encontra da mesma forma no resto do país» (Garcia, 2000).

⁴ Dados da Sociedade de Reabilitação Urbana in *Público* de 24 Outubro 2003. Um indicador da perda de população no centro é a diminuição acentuada do número de alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino básico e secundário.

A periferia urbana não pode, em todo o caso, ser lida linearmente a partir dos seus fenómenos mais espectaculares. Com efeito, ela é hoje um mosaico onde cabe todo o espectro socioeconómico, desde grupos *guetizados* a classes populares, desde a classe média às elites. Como consequência, a periferia urbana é hoje de leitura difícil do ponto de vista demográfico e sociocultural, não podendo continuar a reduzir-se às imagens que dela construímos desde a metrópole saída da Revolução Industrial. A delimitação administrativa das cidades não pode continuar indiferente aos movimentos fusionais entre a cidade central e as suas envolventes periféricas. A hegemonia da cidade central, que olhava de longe o subúrbio como zona desqualificada, não pode manter-se. O seu desenvolvimento só é pensável a partir das suas relações com os aglomerados urbanos envolventes. A consequência, vista ao nível individual, é a de que cada um de nós é confrontado com um território muito mais vasto do que até há poucos anos, complicando a tarefa de construir mapas cognitivos claros.

A expressão «centro da cidade» é também ela pouco precisa actualmente. De facto, as grandes cidades são policêntricas, gerando múltiplos movimentos no seu interior que vêm substituir-se ao movimento dominante que a caracterizava: o centrípeto. Expressões como «a desertificação da baixa» indicariam até um movimento centrífugo. Mas precisamos, igualmente aqui, de desconfiar dos simplismos: a baixa do Porto desertificou-se nalguns quarteirões mas ganhou movimento noutros, até há alguns anos praticamente esquecidos.

Apesar da perda de peso do centro tradicional, a cidade continua a crescer. Desvanece-se a dicotomização clara do espaço, o grande aglomerado alonga-se, estira-se territorialmente por entre algumas descontinuidades e fracturas, confunde e entrelaça territórios até aí bem delimitados. O modelo orgânico da urbe dá lugar à cidade multicêntrica, ao «arquipélago» e à exo-urbanização⁵. As divisões mais ou menos nítidas a que a metrópole industrial estava

⁵ O exemplo do bairro do Aleixo é bem ilustrativo: até há pouco periferia espacial, está hoje envolvido pela expansão dum dos centros emergentes do Porto, o Campo Alegre, e é alvo de pressão imobiliária dado o valor estratégico dum espaço que até há poucos anos não tinha valor de centro. Continua hoje uma periferia – mas é periferia social. Bairros-fora-de-portas como Balteiro ou Vila d'Este, em Gaia, vêm chegar a exo-urbanização à sua vizinhança envolvendo as suas populações de subúrbio com os núcleos de expansão urbana territorializados pela classe média.

habituada complexificam-se, colocando novos problemas de convivência entre espaços e respectivos grupos sociais que antes se encontravam segregados entre si. A multiplicação dos condomínios fechados pode ser vista como uma tentativa de restauração de fronteiras claras e de segregações eficazes – parecendo a sofisticação pós-moderna, é a procura de restauração da velha urbe...⁶

O bairro social periférico, que em cidades que tiveram na industrialização o seu motor é uma figura urbana típica, adquire um novo protagonismo. O movimento de desindustrialização típico do capitalismo avançado, que deslocaliza a produção industrial para países fora do mundo ocidental, abrirá uma crise sem precedentes neste tipo de aglomerados urbanos. Este processo está bem caracterizado a propósito da *banlieue* das grandes cidades francesas (cf. por ex. Donzelot e Jaillet, 1999; Paugam, 1996 ou Dubet e Lappeyronnie, 1992) e do *ghetto* americano (cf. Wacquant, 2001 ou Bourgois, 1996). Em simultâneo, a emergência e solidificação de mercados de rua de drogas duras elege-os, por razões que já demonstramos noutra lugar (Fernandes, 1998), como territórios de actuação. Se o primeiro dos factos tinha vindo a fazer deles lugares de desemprego endémico e de pobreza, o segundo torna-os zonas apontadas pelo rumor insegurizante como «hipermercados das drogas», «bolsas de crime», «sítios de marginalidade» – em qualquer dos casos, sítios intensamente mediatizados e à mercê de movimentos de estigmatização nas relações entre o centro valorizado e a periferia desqualificada. Figura por excelência do urbano degradado e da tensão social, passará a constituir-se como o principal elemento simbólico da «cidade perigosa»⁷.

A crise instalada nos bairros sociais periféricos tem como importante analisador um facto evidenciado por Manuela Ivone Cunha (2002) no seu estudo

⁶ Sobre o significado da proliferação dos condomínios fechados ver Teresa Caldeira (1992) e Paulo Castro Seixas (1999). A análise da primeira centra-se em S. Paulo e a do segundo no Porto. No caso deste, há a defesa da ideia de que esta «arquitectura sobre-si» caracterizada pelo fechamento e pela privacidade e procurada por uma «nova burguesia profissional de identificação transcultural» seria o signo da cidade pós-moderna. Se assim for, esta pós-modernidade não se distancia em muito da velha ordem urbana no que toca à obsessão de separar as classes favorecidas das classes perigosas...

⁷ Analisámos este processo em vários momentos ao longo dos anos noventa e em vários bairros sociais. Remetemos para Fernandes (1998, 2001) e para Fernandes e Neves (2002).

sobre as prisões: demonstra como nos últimos anos a prisão reproduz, embora lacunarmente, redes familiares e relações de vizinhança existentes em bairros da periferia de Lisboa. A prisão maciça de pequenos *dealers* leva por vezes famílias inteiras ao cárcere – é como se o bairro social se desdobrasse na prisão. Se a sua relação natural era até há pouco com a fábrica, parece substituir-se agora pela relação com a prisão...

2.2. Emergência de novas figuras da marginalidade

A relação dos cidadãos com os espaços urbanos, para além de se alterar em função das modificações físicas que acabámos de identificar, altera-se também em razão de alguns acontecimentos com que estes passam a contactar mais frequentemente no quotidiano. Na base de alguns destes acontecimentos que viriam a revelar-se marcantes está a evolução do fenómeno droga, que entre nós não é diferente da que ocorreu noutros países ocidentais, culminando a partir do início dos anos 80 com a instalação e o sólido funcionamento de mercados de rua de drogas duras. Poderíamos, em traços muito gerais, sequenciar deste modo a sucessão de fases que a nova etapa marcada pela centralidade da heroína conheceu: fixação dum mercado de retalho em alguns bairros problemáticos da periferia e em zonas do centro urbano em processo de empobrecimento e degradação física; aumento do número de dependentes de heroína e, a partir dos anos 90, a sua ligação ao aumento do VIH; alarme social, largamente potenciado pela mediatização televisiva, em torno desses fenómenos; progressiva estigmatização das zonas de «concentração de drogados», que implicará uma tensão crescente entre a cidade dominante e a cidade relegada, bem evidenciada pela intervenção policial desta última.

Os percursos quotidianos pela cidade passaram, sobretudo a partir da década de 90, a estar marcados pelo encontro frequente com toxicodependentes de rua. A visibilidade do *junkie* aumenta de nitidez à medida que a sua trajectória se vai alongando, submetendo-o, pelo efeito da estigmatização e das más condições em que é obrigado a contactar com as drogas na rua, a uma degradação da sua qualidade de vida, que termina em muitos casos pela deambulação entre as zonas onde angaria recursos para o produto e os territórios

psicotrópicos onde se vai abastecer⁸. No espaço de pouco mais de uma década, a figura do «drogado» transfere-se de uma representação que o ligava a fenómenos de moda importados do imaginário pop-rock anglo-saxónico protagonizados por jovens escolarizados da classe média para uma outra que o liga à degradação, à exclusão e à perigosidade. J. Quintas (1998) evidencia, para a população do Porto, as formas elementares às quais é reduzida a figura do drogado: «precisa de ajuda», «tem problemas», «viciado», «ladrão», são os principais elementos da sua representação social.

Outro facto marcante a partir dos anos 80 é o do aumento, lento mas nitidamente detectável, da criminalidade contra o património. Manifesta-se assim em Portugal mais tardiamente algo que é consensual entre os criminólogos a propósito dos países ocidentais: o aumento contínuo, a partir dos anos 60, da criminalidade aquisitiva, mantendo-se estável, em contrapartida, a criminalidade de sangue. Este facto, reportado com regularidade pela polícia e logo profusamente mediatizado, será alvo de análises sistemáticas a partir dos anos 90, nomeadamente com os trabalhos do Observatório Permanente de Segurança do Porto, a que já aludimos. Este aumento será atribuído, nas explicações espontâneas do senso-comum, à escalada do fenómeno droga: a toxicodependência seria a principal causa da criminalidade e ambas as responsáveis pela crença na instabilização da tranquilidade pública.

Poderíamos dizer da vida nos grandes centros urbanos portugueses aquilo que David Garland (1998) escreveu para Inglaterra: o facto criminal de rua torna-se banal e disseminado, adquirindo um estatuto de normalidade. A propósito dele não se trataria agora de o reduzir drasticamente, como sempre quiseram as políticas criminais, mas de aprender a viver com a sua inevitabilidade, iludindo-o e evitando-o. A rua torna-se um espaço de potenciais confrontos cuja modalidade não é necessariamente a da violência mas a da ameaça: mendicância agressiva, deambulação de bandos juvenis de subúrbio, esquinas ocupadas por grupos com práticas de ilegalidade, grande visibilidade da prostitui-

⁸ Esta deambulação, bem como o conjunto de estratégias de sobrevivência económica necessárias para alimentar o custo da dependência de heroína, estão bem documentadas em Luís Vasconcelos (2003); quanto ao funcionamento dos mercados de rua cf., respectivamente para o Porto e para Lisboa, Luís Fernandes (1998) e Miguel Chaves (1999).

ção de rua – em suma, uma série de figuras que resultam mais do retorno ao centro dos indivíduos segregados da cidade marginal do que da criminalidade tal como a concebíamos anteriormente.

Este retorno ao centro obrigaria a analisar em pormenor as condições da vida social na periferia, coisa que não faremos no espaço limitado deste texto. Diremos, em todo o caso, que ele parece sinalizar o agravamento da tensão que é, historicamente, a sua marca identitária ao nível das imagens da cidade. Com efeito, a produção de nova periferia tem vindo a acelerar-se nos últimos anos. Este processo é particularmente nítido em Lisboa, logo no fim dos anos setenta com a imigração oriunda das ex-colónias. As condições de precaridade destes grupos relegados levam-nos a questionar a possibilidade de se falar, entre nós, de *underclass*. «Se se pode falar na existência de uma *underclass* em Portugal, nela incluem-se claramente sectores de imigrantes africanos que residem em bairros pobres segregados socioespacialmente e que são vistos, pelo menos por uma parte importante da população portuguesa, como uma ameaça social no plano económico, laboral e da segurança pública – percepção que se encontra na raiz do racismo ostensivo e activo (...) Os estrangeiros são tanto mais estrangeiros quanto mais pobres forem» (Garcia, 2000). Esta instalação de grupos subalternizados nas periferias em constituição acelerada e a sua fuga para o centro quando atingem situações críticas é menos nítida no Porto, mas o seu efeito é já observável: na visibilidade das novas figuras do arrumador de automóveis e do sem-abrigo ou na emergência de políticas urbanas expressamente dirigidas a tais fenómenos.

Não nos deteremos neste texto sobre as modificações estruturais que estão na base desta nova crise dos sistemas urbanos, cujos signos externos são captáveis ao nível da quotidianidade de rua. Limitar-nos-emos a nomeá-los: a conversão dos modos de produção típicos do capitalismo, substituindo em grande medida a indústria pelos serviços, com a consequente dificuldade de adaptação às novas exigências do sector terciário por parte dos assalariados; a imigração maciça em direcção aos países do capitalismo avançado, tematizada mediaticamente como «a invasão do primeiro mundo pelo quarto mundo»; a retracção do Estado Social, com reflexos evidentes nos grupos mais vulneráveis às flutuações económicas e à crise de emprego. Se o primeiro dos factores tem vindo a transformar uma parte do proletariado em subproletariado – a *underclass*, «os supra-

numerários», «os inimpregáveis»... – acentuando as reacções sociais de segregação em relação àquilo que tem sido percebido como «as novas classes perigosas» (Dubet e Lappeyronnie, 1992; Wacquant, 2001), o segundo tem feito crescer as tensões raciais e xenófobas, que representam também importante factor de segregação. J. L. Garcia (2000), ao historiar os momentos principais da pobreza no Ocidente, refere-se do seguinte modo a esta nova fase: «O que era excepcional há duas ou três décadas passou a ser corrente na Europa Ocidental “desenvolvida”: privação de emprego, ausência de tecto, degradação do *habitat*, impossibilidade económica de acesso à saúde, isolamento social, indivíduos desafiados, grandes grupos imigrantes em situação precária e depauperada. A perspectiva da pobreza na Europa irá assim modificar-se nas últimas décadas, à medida a que se assiste ao declínio do período de crescimento do pós-guerra, da contínua expansão do emprego e da protecção social, dando lugar às primeiras discussões sobre a noção de exclusão» (Garcia, 2000).

O efeito conjugado de todos estes factores vem progressivamente criando novos cenários urbanos, cuja síntese nos é bem ilustrada por Loic Wacquant (2001):

«No decorrer da última década, mais ou menos, essa auto-imagem do Primeiro Mundo foi abalada por espectaculares explosões de insatisfação pública, crescentes tensões étnicas e raciais e cada vez maior indigência no coração das grandes cidades. Longe da reabsorção da pobreza e da erosão das afiliações etnonacionais, as sociedades avançadas foram assoladas pela concomitante disseminação da «nova pobreza» e pelo surto – ou ressurgimento – das ideologias raciais, amiúde acompanhadas pelo conflito violento na cidade» (2000).

Juntemos agora os três acontecimentos que acabámos de analisar: visibilização do toxicodependente de rua, aumento da criminalidade, novos grupos sociais reconstituindo a composição da periferia. Aquilo que têm em comum é o facto de alimentarem a imagem duma cidade em rápida transformação, percebida não raro como estando em desordem, obrigando-nos a redimensionar a nossa relação com os seus espaços e actores. O aumento do sentimento de insegurança é o signo superficial, captável e visível, da alteração da nossa

experiência da cidade; o seu lado profundo inscreve-se na nossa relação com o Outro, que não podia estar senão em remodelação dadas as circunstâncias já enumeradas, e que constrói na vida colectiva aquilo a que chamamos a *experiência do alien*.

3. A hipótese predatória

Todos os elementos apontados nas secções 2.1. e 2.2. nos remetem para a questão do sentimento de insegurança, no primeiro caso através do *alien* espacial e no segundo através do *alien* social. O *alien* não é só o personagem desconhecido, o novo transeunte ou habitante de quem não temos referências. Diz respeito ao próprio espaço, susceptível de ser estranhado por contraste com os lugares bem consolidados da cidade na qual havíamos criado as nossas identidades. Se é verdadeira a ideia de Goffman de que um dos pilares da ordem social na vida quotidiana é a antecipação do comportamento do outro, esta antecipação está hoje marcada por aquilo a que temos vindo a chamar *hipótese predatória* (Fernandes, 2003). Ela funciona como um esquema interpretativo das interacções com desconhecidos e condiciona a liberdade de circulação no *habitat* urbano. Com efeito, numerosos trabalhos da psicologia ambiental e da criminologia demonstraram já o condicionamento territorial que o medo à cidade provoca, seja na escolha dos percursos urbanos, nos locais que se frequentam ou no comportamento autodefensivo perante a interacção com desconhecidos (cf, para a revisão dos trabalhos acerca dos efeitos do medo à cidade nas rotinas diárias dos seus habitantes, C. Machado, 2000).

A hipótese predatória é, pois, um verdadeiro mecanismo atribucional para as relações da vida quotidiana. Numa cidade em que ela esteja fortemente enraizada, produzindo e reproduzindo a crença no elevado risco de vitimização criminal, poderá activar nas mais elementares actividades da vida diária, como estacionar o automóvel ou ir levantar dinheiro ao banco, um conjunto de comportamentos de prevenção situacional do risco. Estes esquemas comportamentais poderão incorporar-se às rotinas de tal modo que instalam no indivíduo um *habitus* reactivo à violência urbana. Ora, este *habitus* tem condições para evoluir entre nós, se tomarmos o sentimento de insegurança como o seu

terreno de instalação: «Também na área metropolitana do Porto o sentimento de insegurança atinge um número considerável de sujeitos – 36% em 1992, 42% em 1994 e 50% em 1997 – encontrando-se, curiosamente, muito próximo do valor médio – 42% – encontrado nas cidade americanas, com uma taxa de criminalidade claramente superior à nossa» (Machado, 2000).

Na experiência recente do Porto, duas figuras emergem e tomam lugar central na hipótese predatória: arrumadores e sem-abrigo. Estamos perante dois fenómenos de constituição recente nas metrópoles portuguesas que, mais do que da criminalidade, relevam dos processos de marginalização e estigma. São ambos figuras da deriva: toxicómana em grande parte dos arrumadores; da ruptura com os dispositivos convencionais de integração na quase totalidade dos sem-abrigo. Percursos que se complicaram, que geraram desinserções, desenraizamentos, isolamento – afinal, os fenómenos que estão na base da exclusão social e que a distinguem da pobreza tal como a conhecíamos noutras fases do desenvolvimento urbano.

Dada a sua novidade, a comunidade científica portuguesa não produziu ainda estudos de relevo sobre estas figuras. Salientaremos, em todo o caso um primeiro esboço de J. Machado Pais, que faz uma aproximação etnográfica ao mundo dos arrumadores em Lisboa e um pequeno estudo produzido pela Câmara Municipal de Lisboa sobre a extensão e as características dos indivíduos sem-abrigo na cidade (J. Machado Pais, 2002; Figueira, *et al*, 1998). A desclassificação e o estigma estão mais presentes nos arrumadores e nos sem-abrigo do que a criminalidade ou a perigosidade. Com efeito, Machado Pais fala em «fenómenos ínfimos e desprezíveis (...) olhados de lado pela sociedade». A investigação etnográfica não mostra serem agressivos ou violentos: há uma «paz no jogo dos conflitos». Esta nova figura do interstício urbano, que o discurso do senso-comum assimila ao toxicodependente de rua, é na realidade composta por uma série de indivíduos em situação de grande fragilidade social: «reformados, inválidos, desempregados, míudos de rua, ex-reclusos».

A deriva toxicómana de longa trajectória que culmina no estilo de vida *junkie*, é um fenómeno que tem sido estável desde os anos 80 e que contribui largamente para uma certa «rua» nas cidades, de que o arrumador é um dos actores – tal como a prostituta-*junkie*, as esquinas psicotrópicas e os sem-abrigo.

Quanto ao estudo sobre os sem-abrigo, salienta a distinção clara entre os

das duas últimas décadas e os anteriores: quanto à sua extensão, quanto à sua relação com o mercado de trabalho, quanto ao tempo de permanência na rua, quanto à sua idade e quanto às razões da desafiliação que os conduzem à rua. Com efeito, o seu número tem aumentado significativamente em Portugal (desde um nível praticamente residual para uma taxa de 0.2 por mil habitantes)⁹, a sua relação com o mercado de trabalho encontra-se em total ruptura (ao contrário de uma certa integração em trabalhos precários, típica do seu antecessor), o seu tempo de permanência na rua que dantes era de cerca de um ano, é hoje de vários e a sua idade média é menor em cerca de 15-20 anos, estando a escalada para toxicod dependências graves na raiz próxima das sucessivas desafiliações que conduzem à vida na rua. Em suma, a antiga representação do sem-abrigo (pessoa idosa, de vida errante e marginal ao sistema social) vai-se dissipando.

Arrumadores e sem-abrigo estão para o actual processo de metropolização como esteve o «resíduo social», o «great unwashed» e as «classes perigosas» do séc. XIX para o processo de industrialização: ambos testemunham a redefinição das relações centro-margem, dominância-relegação, ordem-desordem, norma-desvio. Ambos testemunham da pobreza que a riqueza gera. Ambos testemunham, finalmente, a força actual dos processos de estigmatização e de dessolidarização nos movimentos de expansão e recomposição das urbes.

Nota final – Sobre as políticas de gestão da cidade

Em síntese, é hoje central na experiência urbana a imagem de crise (todo o discurso em torno da exclusão social é o seu testemunho) e de insegurança (todo o discurso em torno da criminalidade também), construindo nos indivíduos uma interpretação das relações com o Outro marcada pela hipótese predatória. Estão, a partir daqui, criadas as condições para um movimento de

⁹ À altura do estudo foram estimados cerca de 2500 sem-abrigo em Portugal. Se bem que represente um número elevado em comparação com outras épocas, é ainda assim bastante baixo quando comparado com os índices europeus: 0.2/1000 hab. em Portugal contra 7.5/1000 hab. para a Europa e 13/1000 hab. para a Alemanha, país com a mais alta taxa.

retracção perante tudo aquilo que seja signo da cidade em transformação – porque é esta que traz o *alien* e é este que mexe na nossa tranquilidade. Detectam-se já claramente sinais de resposta política a este novo pedido social que alguns analistas condensam na fórmula da passagem dum Estado Social para um Estado Securitário:

«A política de segurança posta em marcha pelo actual governo prova-o: acaba de virar-se uma página. O rearmamento do Estado repressivo é uma realidade incontornável. Devemos condená-la? Tal representaria ignorar que essa política responde a um pedido democrático indiscutível e a um aumento efectivo da delinquência violenta dos últimos anos. Este rearmamento é não só legítimo, como seria politicamente perigoso que não tivesse ocorrido: depois de ter abundantemente evidenciado as suas fraquezas nos campos económico e social, poderá o Estado falhar no domínio da segurança sem criar uma grave crise de confiança nas instituições?» (Lagrange e Pech, 2002)

Perante esta constatação, desenham-se desde há alguns anos duas vias de resposta nas políticas de gestão da cidade: a *intervencionista*, que acciona energeticamente mecanismos direccionados especificamente para as fontes que percepciona como estando na causa da desordem; a *crítica*, que desconfia metodicamente da primeira e lê a desordem como sintoma das crises nos vários sub-sistemas da vida colectiva, sobre os quais se trataria de intervir através da promoção da cidadania e do acesso à qualidade de vida.

Como paradigma da primeira, exemplificaremos com o programa de combate à criminalidade levado a cabo em Nova Iorque ao longo dos anos 90 pelo seu *Mayor* Rudolph Giuliani. Não a exporemos aqui, remetendo para Wacquant (2000). Diremos simplesmente que, inspirada numa tese da criminologia conhecida como «broken windows»¹⁰ tem servido como modelo em várias

¹⁰ Esta teoria foi enunciada num texto de James Q. Wilson e George Kelling publicado na revista *Atlantic Monthly* em 1982. Em termos muito simples, defendia que o problema não era haver uma janela partida num bloco de habitações, mas o facto de não ser reparada – metáfora da espiral de desordem que se instaura a partir de sinais múltiplos e difusos de incivilidade quando não são

idades dos países ocidentais, incluindo o Porto desde 2002, visitado nesse ano por Giuliani. O conjunto de políticas que desenvolve coloca como prioridade o combate à criminalidade e à marginalidade visível nos espaços frequentados da cidade e tem como objectivo primeiro a redução drástica dos níveis de delinquência e, em geral, de todos os sinais que o cidadão médio possa perceber como de negligência ou desordem social. Tem sido designado como «tolerância zero» e «limpar a rua» – desígnio que restauraria a ordem nos centros urbanos, perseguindo policialmente toda a marginalidade e incivilidade.

Quanto à linha crítica, chama a atenção para a tentação totalitária deste tipo de gestão urbana, que criminaliza os mais vulneráveis e se limita a suprimir os traços visíveis de desordem, restaurando uma paz artificial. Expressões como «sociedade punitiva» (Garland, 1998) ou «criminalização da miséria» (Lagrange e Pech, 2002; Wacquant, 2000) indicariam a progressão para um Estado Securitário, cujo limite nos países da Europa Ocidental seria a concretização dum «Estado Penitência». Esta linha crítica está bem exemplificada na tomada de posição sobre as últimas alterações legislativas em França, cuja direcção é comum à que vem progressivamente sendo adoptada em Portugal tanto ao nível central (reforma da Lei Tutelar de Menores) como local (por ex., o programa de erradicação de arrumadores da Câmara Municipal do Porto):

«Detenhamo-nos um instante sobre o conteúdo das recentes reformas. O dispositivo das leis Perben e Sarkozy comporta duas características essenciais: uma diz respeito aos menores e outra às margens. A primeira consiste na tendência ao tratamento penal de condutas anteriormente tratadas através de medidas educativas: redução da idade de aplicação de sanções penais; desenvolvimento da detenção provisória perante delitos para menores entre os 13 e os 16 anos; considerar delitos a permanência no hall de entrada de edifícios, os insultos aos professores, as fraudes nos transportes; e a criação de centros fechados para os menores. Esta primeira tendência faz-se acompanhar duma pressão às famílias através da suspensão automática de subsídios em caso de institucionalização do menor ou em caso de absentismo

prontamente anulados. «Quem rouba um ovo rouba uma vaca: é lutando firmemente contra as pequenas desordens quotidianas que se poderão fazer recuar as grandes patologias do crime.

escolar. A segunda característica releva da criminalização das margens mais precárias da sociedade: penalização da «mendicidade agressiva» (através da restauração de um delito instaurado em 1810 e suprimido em 1984); a vontade de penalizar os sem-abrigo que ocupam casas abandonadas; reforço de dispositivos contra ocupação de terrenos por populações itinerantes» (Lagrange e Pech, 2002).

Não sabemos ainda, como é evidente, o desfecho futuro das políticas de gestão urbana. Não podemos prever, logicamente, se a actual tentação da «sociedade punitiva» irá permanecer como dominante. Podemos, isso sim, constatar os inúmeros sinais do seu incremento, reforçados pelo acolhimento que têm na população os discursos acerca das medidas de reposição da ordem, sem que isto pareça mexer na nossa concepção dos direitos de cidadania. Entramos, talvez, na fase da democracia defensiva...

Contacto: Luís Fernandes, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Rua do Campo Alegre, 1021-1055, 4169-004 Porto
Email: jlf@fpce.up.pt

Bibliografia

- ACKERMAN, W.; DULONG, R. e JEUDY, H-P. (1983) *Imaginaires de l'insecurité*, Paris: Librairie des Méridiens.
- AGRA, C.; FERNANDES, L.; QUINTAS, J.; FONSECA, E. (1997) *Síntese Integrativa: Programa de Estudos e Resultados – vol. I*, Porto: Observatório Permanente de Segurança. (brochura).
- BOURGOIS, PH. (1996) *In Search of Respect – Selling Crack in El Barrio*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CALDEIRA, T. (1992) *City of Walls: Crime, Segregation and Citizenship in S. Paulo*, Universidade de Berkeley. (Tese de Doutoramento).
- CASTRO SEIXAS, P. (1999) *Paradigmas Socioespaciais e Políticas da Diferença – Ilhas e Novos Condomínios: uma Interpretação Dialógica da Cidade do Porto*, Universidade Santiago de Compostela. (Tese de Doutoramento).
- CHAVES, M. (1999) *Casal Ventoso: da Gandaia ao Narcotráfico*, Lisboa: ICS.
- CUNHA, M. I. (2002) *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, Lisboa: Fim de Século.
- DONZELOT, J. e JAILLET, M. C. (1999) «Fragmentation urbaine et zones défavorisées: le risque de désolidarization», in *Hommes & Migrations*, 1217, Jan-Fev, 5-17.
- DUBET, F. e LAPPEYRONNIE, D. (1992) *Les Quartiers d'exil*, Paris: Éditions du Seuil.

- FERNANDES, L. (1998) *O Sítio das Drogas*, Lisboa: Editorial Notícias.
- FERNANDES, L. (2001) «Criminogénese e Perigosidade a Propósito do «Bairro Social Degradado»: Problematizações», in *Temas Penitenciários*, 6 e 7, pp. 9-14.
- FERNANDES, L. (2003) «A Imagem Predatória da Cidade», in A. Firmino da Costa e G. Cordeiro (Orgs.) *Etnografias Urbanas*, Oeiras: Celta.
- FERNANDES, L., NEVES, T. (2002) «Ethnographic Space-Time: Culture of Resistance in a 'Dangerous Place' », in S. Brochu, C. Agra e M.-M. Cousineau. (Orgs.) *Drug and Crime Deviant Pathways*, Hampshire: Ashgate.
- FIGUEIRA, A. et al. (1998) *Os Sem-abrigo em Lisboa*, Lisboa: C. M. L. (brochura).
- GARCIA, J. (2000), *Estranhos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- GARLAND, D. (1998) «Les Contradictions de la société punitive: le cas britannique», in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 124, pp. 49-67.
- LAGRANGE, H. e PECH, T. (2002) «Délinquance: les rendez-vous de l'état social», in *Esprit*, 12, pp. 71-85.
- MACHADO, C. (2000) *Discursos do Medo, Imagens do Outro*, Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho (tese de doutoramento).
- MACHADO PAIS, J. (2002) *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Ambar.
- PAUGAM, S. (1996) «La Constitution d'un paradigme», in S. Paugam (Ed.) *L'Exclusion: l'état des savoirs*, Paris: Editions la Découverte.
- PENEDO, C. (2003) *O Crime nos Media – o que nos dizem as notícias quando nos falam de crime*, Lisboa: Livros Horizonte.
- QUINTAS, J. (1998) *Drogados e Consumos de Drogas: Análise das Representações Sociais*, Porto: Fac. de Psicologia e Ciências da Educação da U. P. (tese de mestrado).
- WACQUANT, L. (2001) *Os Condenados da Cidade*, Rio de Janeiro: Editora Revan.
- WACQUANT, L. (2000) *As Prisões da Miséria*, Oeiras: Celta.
- VAN OUTRIEVE, L. e ROBERT, PH. (1999) *Crime et justice en Europe depuis 1999 – état des recherches, évaluation et recommandations*, Paris: L'Harmattan.
- VASCONCELOS, L. (2003) *Heroína e Agência. Lisboa como Território Psicotrópico nos Anos Noventa*, Lisboa: Instituto da Droga e da Toxicodependência.